

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

1. *NEGRELOS, Eulalia Portela; negrelos@sc.usp.br; IAU-USP*

1 Introdução

O trabalho constou da revisão do Plano Diretor do Município de São Carlos, aprovado em 2005 pela Lei Municipal nº 13.691, em cujo artigo 236 se previa a revisão pelo menos a cada 5 anos a partir da data de sua publicação, respeitados os procedimentos estabelecidos no Parágrafo 4º do Artigo 40 do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001. A Prefeitura Municipal procedeu aos trâmites de contratação da FUSP – Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, através do Processo Administrativo PMSC 12.278/2011, que, por sua vez, indicou o IAU USP para a composição da equipe técnica responsável pelo desenvolvimento do trabalho.

Tendo como escopo proposto e aprovado a realização de 4 etapas de trabalho, a equipe técnica do IAU, com os professores vinculados ao Grupo de Pesquisa ARQBRAS, apresentou uma composição para a primeira etapa e outra para a elaboração das três etapas seguintes: a equipe inicial contou com a coordenação geral da Prof.^a Assoc. Sarah Feldman e com a coordenação executiva da Dr.^a em Engenharia Urbana Sandra R. Mota Silva. A equipe contava com a Prof.^a Eulalia Portela Negrelos, o Prof.^o Renato L. S. Anelli, com a então Mestre e doutoranda pelo IAU, Elisângela Chiquito de Almeida, a egressa do IAU Ana Lara B. Lessa e a egressa da Engenharia Ambiental Rachel Biancalana Costa. Os estagiários do IAU nessa etapa foram: Fabrício M. Spanó, Paulo José R. Pinheiro e Caio B. Solci.

As outras três etapas de trabalho contaram com a a coordenação geral da Prof.^a Eulalia P. Negrelos e com a coordenação executiva de Elisângela C. de Almeida, contando com Sarah Feldman, Rachel B. Costa e Marcio Henrique Bertazzi, também Engenheiro Ambiental Jr., egresso da EESC USP.

Em todas as etapas, além dos colaboradores dos diversos órgãos internos à Prefeitura Municipal, bem como da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária), atuaram como consultores da EESC USP os professores Antonio Néelson Rodrigues da Silva, do Departamento de Engenharia de Transportes, e Marcelo Montaña, do Departamento de Engenharia Ambiental.

2 Objetivos

O principal objetivo do trabalho era a prestação de serviços técnicos especializados como assessoria para a Prefeitura de São Carlos para revisão do Plano Diretor. É importante registrar que o Estatuto da Cidade indicava, como regulamentação do Capítulo da Política Urbana na Constituição Federal de 1988 (182 e 183), que os municípios inseridos em uma série de critérios deveriam realizar ou revisar seus planos diretores até 2006. São Carlos havia elaborado, então, um novo plano diretor em 2005, após a realização de outros dois planos diretores (em 1962, com a assessoria do CPEU FAU USP, e em 1970, com a assistência técnica do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) (LIMA, 2007).

As etapas de elaboração do trabalho foram:

- 1 - Atualização da Leitura Técnica do Município de São Carlos.
- 2 – Análise crítica dos instrumentos urbanísticos e da capacidade institucional da SMHDU/PMSC.
- 3 - Definição dos eixos estratégicos da revisão do Plano Diretor.
- 4 - Propostas para a Revisão do Plano Diretor do Município de São Carlos.

As propostas foram reunidas em 5 eixos estratégicos, cada qual indicando diretrizes e instrumentos de implementação:

- 1 – Racionalidade no aproveitamento e ordenamento do território municipal com sustentabilidade ambiental e articulação regional.
- 2 – Expansão urbana e responsabilidade territorial.
- 3 – Racionalidade no aproveitamento e ordenamento da área urbana consolidada.
- 4 – Sistema de planejamento e gestão territorial.
- 5 – Projetos estratégicos.

3 Desafios e potencialidades da ação

Os principais desafios no processo de planejamento da revisão do plano diretor podem ser destacados no que tange à participação social, que se restringiu à relação com o COMDUSC – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação de São Carlos, sem um amplo debate público com a população do município. A finalização do trabalho, junto ao período de campanha para as eleições municipais de 2012, pode ser indicado como uma possível causa da limitação da participação social, para não sobrepor ações de mobilização política com ações vinculadas à esfera administrativa. Quanto às potencialidades da ação, é de destaque o alcance da ação internamente ao IAU USP, com a participação de professores internos e externos, estudantes de graduação e de pós-graduação, além da mobilização de agentes públicos nos debates técnicos durante a realização do trabalho.

Essa atividade de extensão, com professores e estudantes de vários níveis, pode contribuir para a sociedade, tanto em relação às determinações do marco jurídico institucional da política urbana nacional, quanto no que se referiu às propostas para alcançar um ordenamento territorial num sistema de planejamento municipal com participação social e buscando a sustentabilidade ambiental.

4 Perspectivas futuras

Com a eleição do novo quadro dirigente municipal, vinculados a forças político-partidárias diversas àquelas que governavam até 2012, o trabalho passou a ser questionado e revisto, resultando em um debate bastante disputado, em função das propostas divergentes que foram muito discutidas no âmbito da nova composição do COMDUSC, inclusive com a participação de colegas do IAU USP. Afinal, a Prefeitura Municipal reelaborou a proposta, com várias modificações nos conceitos que foram encaminhados no trabalho, aprovando um novo plano diretor ao final de 2016.

Novas perspectivas de intervenção no processo de planejamento urbano e territorial no município poderão ser abertas, o que, no entanto, não está próximo no horizonte de possibilidades.

5 Referências

LIMA, R. P. O processo e o (des)controle da expansão urbana de São Carlos (1857-1977). São Carlos: EESC USP, Dissertação de Mestrado, 2007.